



FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA E A SUA EXPERIÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA¹

Luiz Carlos Rebelatto dos Santos²

❖ **Resumo**

Resultado de um processo histórico de construção de alternativas ao modelo atual de agricultura, a Rede Ecovida de Agroecologia caracteriza-se pela articulação de vários segmentos da sociedade com o objetivo de organizar, fortalecer e ampliar a agricultura ecológica familiar no Sul do Brasil. Para este fim, estão conectados agricultores, técnicos, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e consumidores conscientes organizados em associações, cooperativas, ONGs e grupos informais que constituem os núcleos regionais, células autônomas que, ao se relacionarem e mobilizarem em ações conjuntas, formam a Rede Ecovida de Agroecologia. A Rede luta pela construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade, baseado nos princípios de solidariedade, de cooperação e respeito ao meio ambiente. Hoje atua em mais de 170 municípios e conta com aproximadamente 200 grupos de agricultores, perfazendo um total de 2000 famílias. A Rede objetiva a promoção da agroecologia, o estímulo ao trabalho associativo, a geração de um processo de certificação participativa e a valorização dos mercados locais e da venda direta.

❖ **Um pouco da história da Ecovida**

A Rede Ecovida de Agroecologia surge no Sul do Brasil como resultado de processos históricos realizados por organizações populares e não governamentais na construção de uma alternativa ao modelo de agricultura caracterizado pela “modernização conservadora” chamada de “Revolução Verde”. A promessa do aumento de produção para solucionar o problema da fome no mundo, anunciada por este modelo, não se realizou e o que se observou foi um aprofundamento do problema, hoje caracterizado pela precária distribuição dos alimentos e não como resultado de sua escassez.

O que se tem observado é o surgimento de uma profunda crise gerada por este modelo, seja nos aspectos ambientais, como sócio-culturais e econômicos – afetando principalmente a categoria predominante no meio rural latino-americano, os camponeses e/ou agricultores familiares. A perda de material genético, a redução da biodiversidade, a degradação dos solos, a contaminação

¹ Este texto foi reelaborado a partir do texto FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA de Marques, C.; Perez, J. ; Prada, A.; Santos L. C. R. & Vieira, G.

² Luiz Carlos Rebelatto dos Santos é agrônomo, especialista em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, coordenador do projeto *Certificação Participativa em Rede: Um Processo de Certificação Adequado à Agricultura Ecológica Familiar no Sul do Brasil* junto ao CNPq e assessor da Rede Ecovida de Agroecologia. luiz@ecovida.org.br

de águas e do ar, o corte desenfreado de matas nativas, a baixa qualidade nutricional dos alimentos, a perda da identidade de grupos tradicionais, o empobrecimento dos agricultores, o êxodo rural, entre outros são frutos que se têm colhido dessa promessa.

Há mais de 20 anos se vem construindo, no Sul do Brasil, alternativas concretas de organização, produção e comercialização de alimentos baseadas numa nova ética, a partir de valores e princípios de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, de resgate à cultura local, de valorização dos seres humanos, e da vida, a esta nova visão de agricultura – que carrega consigo uma nova proposta de desenvolvimento para a humanidade – está se chamando AGROECOLOGIA.

Neste contexto, a Rede Ecovida de Agroecologia, surge como resultado do processo de evolução e consolidação destas alternativas desenvolvidas ao longo dos anos. A Rede agrega os mais diversos atores envolvidos no desenvolvimento da agroecologia no Sul do Brasil e tem como princípios³:

- Ter a agroecologia como base para o desenvolvimento sustentável;
- Trabalhar com agricultores e agricultoras familiares e suas organizações;
- Ser orientada por normativa própria de funcionamento e de produção;
- Trabalhar na construção de mercado justo e solidário;
- Garantir a qualidade do processo por meio da certificação participativa.

São associações, cooperativas e grupos informais de agricultores familiares ecologistas, organizações de assessoria, associações e grupos de consumidores, pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, que se reúnem com o objetivo⁴ de:

- Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia;
- Estimular o trabalho associativo na produção, comercialização e consumo de alimentos ecológicos;
- Articular e tornar disponíveis informações entre as organizações e pessoas;
- Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- Estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;
- Ter uma marca/selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade.

❖ **A Rede Ecovida e a certificação no Brasil⁵**

A discussão sobre a certificação teve início no Brasil ao final de 1994, onde o Ministério da Agricultura pretendia normatizar a produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos no Brasil. Diversas ONG's⁶ do Sul do Brasil se posicionaram contra esta iniciativa, questionando a

³ Documento: *Rede Ecovida de Agroecologia, Normas de Organização e Funcionamento, Lages, dezembro de 2001.*

⁴ Documento: *Rede Ecovida de Agroecologia, Normas de Organização e Funcionamento, Lages, dezembro de 2001.*

⁵ Texto feito com base no documento: *Certificação de Produtos Orgânicos: bom para quem?* de Vieira, G. Setembro de 2001.

⁶ Centro Ecológico (Ipê e Torres), COOLMÉIA (Porto Alegre), CETAP (Passo Fundo), CAPA (São Lourenço, Santa Cruz do Sul e Erechim), Centro Vianeí (Lages), CEPAGRI (Caçador), ASSESSOAR (F. Beltrão) e outras.

normativa nos moldes propostos pelo Ministério, que não convergiam com os princípios de agroecologia.

Desta discussão, duas grandes correntes se cristalizaram, colocando de um lado, aquelas instituições que seguiam o modelo proposto pela IFOAM⁷, que propõe a presença de uma instituição certificadora externa e um ‘inspetor’ desconectado da produção, comercialização e do consumo, ou seja, pretensamente ‘neutro’ para atestar a qualidade orgânica. De outro lado estavam as ONG’s e organizações populares – futuros membros da Rede – que defendiam um sistema solidário de geração de credibilidade para os produtos orgânicos, um sistema de rede que pudesse articular agricultor e consumidor em um processo de certificação participativa, o que em síntese representava o modelo defendido e praticado por centenas de grupos de agricultores e consumidores ecologistas do Sul do Brasil, que desde sempre dispensaram o ‘fiscal/inspetor’.

Desta maneira, de um lado, os defensores da proposta do Ministério, argumentavam que o ‘mercado exigia selos de qualidade’ e que seria impossível *exportar* os produtos orgânicos, caso estes não estivessem devidamente certificados. Por nosso lado, se demonstravam as experiências voltadas para o *consumo interno*, acreditadas e reconhecidas pela sociedade, dando provas de que a sociedade pode criar mecanismos solidários para proteger-se e que os agricultores não são desonestos ‘na sua essência’. Além disso, tão pouco se admitia aceitar a idéia de que um agente externo, totalmente desconhecido e longe da realidade, fosse o responsável por confiar credibilidade a alguém e que conferisse seriedade ao que vínhamos fazendo. Isto seria, e é, uma falta de respeito à nossa história e capacidade.

Resultado de todos estes debates, publicou-se em maio de 1999, a IN 007 do Ministério da Agricultura, que trata da produção orgânica vegetal e animal, onde consta, no que se refere às certificadoras que “as certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região onde atuam, desde que sejam observadas as exigências legais...”⁸

Paralelo a todo este debate da certificação se observava no estado de Santa Catarina uma pressão muito forte por parte de órgãos estatais, para criar um comitê que monopolizaria no estado todo o processo de certificação, desligando-o daquelas organizações que historicamente vinham construindo a agroecologia em Santa Catarina. Isto causou uma grande reação por parte das organizações dos agricultores e das ONG’s, que começaram a por em prática a idéia da constituição de uma rede de certificação participativa.

Desta maneira, o debate em torno de uma nova proposta de certificação foi se consolidando e a discussão transpassou o estado de Santa Catarina e agregou organizações que são parceiras históricas nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Ao final do ano de 1998 se iniciaram os debates sobre a formação da Rede Ecovida, onde, a partir de 2000, se agregaram organizações do resto do Sul do Brasil e iniciou-se a formulação dos primeiros documentos sobre o funcionamento e sobre o processo de certificação proposta pela Rede Ecovida de Agroecologia.

❖ Como funciona a Rede Ecovida de Agroecologia

“A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a

⁷ Sigla em inglês da *Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica*.

⁸ Boletim do DESER, N.º 104, Agosto de 1999, p. 10.

*produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos bem definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, disponibilizar informações entre os envolvidos e criar mecanismos legítimos de geração de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros.*⁹

A Rede Ecovida é um espaço informal, sem estrutura legal, que reúne:

- Agricultores familiares ecologistas, organizados em grupos nas comunidades e suas organizações (associações, cooperativas, etc.);
- Organizações de assessoria em agroecologia (ONGs);
- Consumidores e suas organizações (Associações de moradores, cooperativas de consumo, etc.);
- Pessoas e organizações comprometidas com a agroecologia;
- Processadores e comerciantes de alimentos agroecológicos (pequenas empresas).

Seu funcionamento é totalmente descentralizado e se fundamenta na constituição de núcleos regionais. Os núcleos reúnem todos os membros de uma região que contenha características similares, que possam facilitar o intercâmbio de informações, que viabilizem o processo de certificação participativa e facilitem a comunicação e o encontro dos membros. Para fazer parte da Rede Ecovida, os interessados devem ser indicados por pelo menos dois membros atuais da Rede e ser aprovado pelo Núcleo Regional.

Os núcleos têm liberdade para conduzir suas ações e o processo de certificação, desde que sigam os princípios e normas de produção, processamento e certificação da Rede. Orienta-se que cada núcleo elabore seu regimento interno de funcionamento. Cada núcleo possui um Conselho de Ética, que mais que cumprir a função de fiscais, atuam como promotores do processo de intercâmbio entre seus membros.

É importante destacar que a Rede se reúne em Encontro Ampliado (Assembléia Geral) a cada dois anos, sendo neste espaço realizada a produção e discussão de todos os documentos que se referem ao funcionamento e ao processo de certificação da Rede.

Na confecção das normas de produção foi aceito o padrão estabelecido pela IN 007/99 com algumas adequações regionalizadas acrescidas de alguns fatores sociais mais contundentes como o trabalho com agricultores familiares organizados em grupos e questões trabalhistas e de direitos da criança e do adolescente; todos discutidos e encaminhados de maneira participativa nos Encontros Ampliados. O processo de verificação destas normas ou de certificação foi descentralizado aos núcleos regionais por estes conhecerem melhor a realidade da região de abrangência, diminuindo custos e propiciando maior integração, intercâmbio e participação dos consumidores.

Podemos afirmar que a CPR está edificada sobre quatro pontos:

- a). Garantia entre agricultores (dentro do grupo e entre grupos);
- b). Relação próxima entre agricultores e consumidores (visitas e venda direta);
- c). Acompanhamento técnico pela assessoria;
- d). Olhar externo do Conselho de Ética.

⁹ Documento: *Rede Ecovida de Agroecologia, Normas de Organização e Funcionamento. Lages, dezembro de 2001*

É dentro de cada núcleo regional que a CPR é desenvolvida. O processo é reconhecido mutuamente entre os demais núcleos que, interligados, estabelecem a Rede Ecovida. Isto permite a circulação de informações e mercadorias entre os núcleos, aumentando a credibilidade dentro e fora da Rede, alimentando constantemente todo o processo.

De uma maneira geral, a CPR ocorre como um passo além da participação da Rede Ecovida. Isto significa dizer que a organização pode estar na Rede e não ser certificada, mas nunca o contrário. O quadro a seguir sintetiza o processo da CPR.

Quadro I: Certificação Participativa em Rede e suas características.

Espaço - abrangência	Público de trabalho	Mecanismos de controle	Denominação da fase
1. Propriedade ↓	Agricultor(es)	Curso(s), normas, acompanhamento, croquis, planos de conversão, etc.	Formação, Informação e Compromisso
2. Organização ↓	Grupos Associações Cooperativas	Comissão de ética, visitas alternadas, reuniões, pactos de responsabilidade, intercâmbios, suspensões.	Auto-fiscalização Auto-regulação e
3. Núcleos Regionais ↓	Organizações que compõem a Rede em certa região	Conselho de ética, formação periódica, participação de consumidores, suspensões, representatividade.	Responsabilidade Mútua e "Olhar externo"
4. Associação Ecovida ¹⁰	Conselhos e comissões	Conselho de Certificação, Conselho de Ética e Comissão Técnica.	Legal

A seguir, podemos verificar o passo a passo do processo de certificação participativa que ocorre no núcleo regional. Estes procedimentos foram obtidos a partir do trabalho do núcleo da Serra Gaúcha.

1. O agricultor familiar deve fazer parte de uma organização (grupo, associação, cooperativa) a qual se integra à Rede Ecovida pela indicação de dois membros no núcleo regional mais próximo;
2. Para oficializar sua adesão, esta organização deve ser acompanhada tecnicamente por pessoa ou organização já ligada à Rede, ser aprovada pelo núcleo, preencher o cadastro de membro e pagar a anuidade;

¹⁰ Esta instância será acionada quando da obrigatoriedade da certificação no Brasil.

3. Caso a organização tenha interesse de receber o certificado Ecovida e utilizar o selo em seus produtos, ela comunica ao núcleo e recebe o formulário de requerimento de certificação¹¹, o qual é preenchido por unidade produtiva;
4. Estes formulários são entregues ao conselho de ética do núcleo que os analisa, solicita mais informações e, se for o caso, solicita a re-elaboração do formulário;
5. Realiza-se um sorteio de propriedades que serão visitadas pelo conselho de ética e que expressarão o todo da organização. Neste dia, sugere-se que alguém da comissão de ética local (do grupo ou do município) esteja presente;
6. No fim do dia é realizada uma auto-avaliação da associação. Neste momento, os conselheiros relatam o que foi visto, segundo um roteiro de visita sugerido que permite visualizar as atividades da propriedade e relaciona-las com as normas de produção da Ecovida;
7. A associação realiza uma reunião de planejamento que objetiva encaminhar as mudanças que foram diagnosticadas como necessárias na auto-avaliação para adequar às normas da Ecovida;
8. Os conselheiros e o representante da assessoria elaboram um relatório escrito, aprovando ou não a certificação para aquela associação;
9. Emite-se o certificado para a associação, solicita-se ao conselho de certificação a remessa de certo número de selos. Após um ano é realizada outra visita nas propriedades, a fim de verificar o cumprimento das modificações necessárias. Após isto, de acordo com o que for verificado, renova-se o certificado ou não;
10. Paralelo a este processo mais formal ocorre constantemente o acompanhamento da assessoria, visita entre os membros do grupo, da comissão de ética interna, de consumidores, intercâmbios com outros núcleos e grupos. Isto permite um 'olhar externo' constante e ajuda a aprimorar o processo e a troca de experiências entre os agricultores e consumidores. Observamos que isto oportuniza uma melhor identificação e reparo de qualquer irregularidade com relação às normas. Toda constatação é levada para dentro do grupo e do núcleo regional para que as providências cabíveis sejam tomadas.

❖ Estrutura da Rede Ecovida de Agroecologia

Atualmente, a Rede Ecovida desenvolve seus trabalhos em mais de 170 municípios do Sul do Brasil, contando com 21 núcleos regionais (em distintos estágios de organização), que reúnem mais de 200 grupos de famílias agricultoras (aproximadamente 2000 famílias), cerca de 25 ONG's, 10 cooperativas de consumidores e diversas iniciativas de processamento e comercialização.

No campo da comercialização, mais de 100 feiras ecológicas são realizadas pelas organizações que integram a Ecovida, além destas, existem experiências de comercialização nos chamados mercados institucionais, nos municípios e estados; venda a supermercados e alguns processos de exportação.

¹¹ Este formulário solicita informações referentes ao manejo da propriedade e permite estabelecer um plano de conversão da unidade. Estabelece o compromisso do agricultor em cumprir com os acordos firmados.

Chama-se a atenção aqui, que a Rede tem como objetivo estimular a valorização do mercado local e a adoção da agricultura familiar como espaço de produção e meio de desenvolvimento da agricultura no Brasil.

Desta forma, alguns pressupostos são seguidos neste processo¹²:

- a) Promover e implementar processos que utilizem e valorizem a mão-de-obra familiar;
- b) Utilizar a mão-de-obra, sendo da família ou contratada, sem exploração, fazendo-se respeitar todos os direitos dos trabalhadores;
- c) Que o trabalho de crianças e jovens não comprometa seu desempenho nos estudos e sua permanência na escola;
- d) Que os produtos sejam oferecidos a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores;
- e) Que se estabeleçam relações mais próximas entre agricultores e consumidores, por intermédio de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações.

❖ **Concluindo...**

A Rede Ecovida encontra-se em pleno processo de construção, sendo oportuno chamar a atenção aqui, de que a certificação é somente um dos objetivos da rede, hoje em dia prioritário, devido a intensa demanda apresentada pelos agricultores e consumidores.

O que se busca com a Rede é ter um instrumento a mais, para a construção de um novo modelo de agricultura e de sociedade, sendo este baseado nos princípios da solidariedade, da cooperação e do respeito ao meio ambiente.

Pode-se afirmar, com toda segurança, que um dos principais avanços que os membros da Rede vêm conquistando é o resgate e valorização da autonomia dos agricultores e agricultoras familiares e por consequência de valores humanitários que se refletem em toda a cadeia produtiva dos alimentos agroecológicos, desde a produção até o destino final, às mesas dos consumidores, parceiros no processo de construção de uma nova sociedade.

Para mais informações consulte nosso sítio na internet: www.ecovida.org.br

¹² Documento: *Normas simplificadas da Rede Ecovida de Agroecologia*. Lages, dezembro de 2001.